

Crescimento das cidades médias e interiorização da migração: realidade ou mito?¹

Késia Anastácio Alves da Silva
IFCH - UNICAMP, Programa de pós-graduação
em Demografia e pesquisadora do CEM-CEPID/
FAPESP, Campinas, SP/Brasil.
kesia.anastacio@nepo.unicamp.br

Luiz Faria Chaves
IFCH - UNICAMP, Programa de pós-graduação em Demografia e pesquisador do CEM-CEPID/FAPESP, Campinas, SP/Brasil.
fariasax@gmail.com

Raquel Maria de Alonso
raquelalonso0210@hotmail.com

José Marcos Pinto da Cunha
IFCH - UNICAMP, Departamento de Demografia, pesquisador do NEPO e do CEM-CEPID/FAPESP, Campinas, SP/Brasil.
zemarcos@nepo.unicamp.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o papel das cidades de porte médio no processo de interiorização. Este artigo tem como base o pressuposto de que, nas últimas décadas, se observou uma concentração da população em um número reduzido de cidades, sendo estas caracterizadas principalmente pelo porte populacional expressivo, e em grande parte localizadas em regiões metropolitanas. Nesse sentido, este trabalho questiona se o crescimento desta tipologia de municípios não estaria relacionado à expansão das regiões metropolitanas (e à emergência de uma nova morfologia urbana), ou se de fato estaria ocorrendo uma interiorização da população. Assim, foram classificadas como cidades de porte médio aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes, e foram analisados o crescimento e os fluxos migratórios dos municípios localizados em regiões metropolitanas e fora destas, no estado de São Paulo, nos anos de 2000 e 2010.

Palavras-chave: Cidades médias, interiorização, migração.

Abstract:

The purpose of this paper is to analyze the role of medium-sized cities in the interiorization process. This article is based on the presupposition that, in the last decades, a concentration of the population in a reduced number of cities was observed, being characterized mainly by the expressive population size, and largely located in metropolitan regions. In this sense, this paper questions whether the growth of this typology of municipalities wouldn't be related to the expansion of the metropolitan regions (and the emergence of a new urban morphology), or if in fact an interiorization of the population would be occurring. Therefore, cities with a population between 100 and 500 thousand inhabitants were classified as medium-sized cities, and it was analyzed the growth and migratory flows of the municipalities located in metropolitan and outlying areas, in the state of São Paulo, in the years 2000 and 2010.

Key-Words: *Medium-sized cities, interiorization, migration.*

¹ Este trabalho foi financiado pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEBRAP, USP), processo n° 2013/07616-7, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

2. Para análise dos fluxos migratórios foram analisados apenas dados do censo de 2010. Porém, para o crescimento populacional foram utilizados os censos de 2000 e 2010.

Introdução

A questão do aparecimento, crescimento e o papel das chamadas “cidades médias” é objeto de preocupação de pesquisadores, planejadores e governantes e tem sido motivo de certas considerações que, por vezes, beira o chamado “senso comum”.

De fato, não é difícil encontrar nos discursos dos mais variados especialistas a alusão do crescimento desta tipologia de municípios e sua importância na rede de cidades brasileiras, trabalhos como os de ANDRADE (1976), ANDRADE e LODDER, PEREIRA e FURTADO (2011), ARAUJO, MOURA e DIAS (2011), entre outros – fizeram contribuições relevantes dentro desta temática. Embora não seja menosprezada tal preocupação, pois é um aspecto importante do processo de urbanização e redistribuição espacial da população no país, acredita-se que é necessário aprofundar-se mais na compreensão do papel desse tipo de cidade e seu real significado na dinâmica demográfica nacional. Nesse sentido, esse texto – mesmo que em caráter mais especulativo, adentra na discussão sobre as cidades médias e seu crescimento a luz da dinâmica demográfica.

Destaca-se que, por questões que serão explicitadas mais adiante, adotou-se nesse trabalho o termo “cidades de porte médio”. É claro que nessa discussão uma das questões centrais seria o conceito de “cidade média” – Como definir? Seria a partir do tamanho da sua população? Ou também seria necessário levar em consideração sua função e posição na rede de cidades? Porém, como se verá, este trabalho apartou-se deste debate, não apenas por suas dificuldades, mas também para centrar-se em questões mais importantes do ponto de vista da análise demográfica.

Assim, a definição dos municípios de porte médio seguiu os critérios do IBGE (IBGE, 2007), ou seja, aqueles com população entre 100 a 500 mil habitantes. A partir deste corte também foram definidas outras categorias como pequeno e grande porte. Mesmo considerando que um corte com base no tamanho populacional seja impreciso e até mesmo arbitrário, acredita-se que tal decisão não implica maiores dificuldades para uma análise como a aqui proposta.

No entanto, outro elemento é central para o argumento deste estudo: sendo este a necessidade de conhecer os contextos regionais onde estas cidades estão situadas. Por exemplo, o aludido “crescimento das cidades médias” (ou de médio porte como preferido) aparentemente se situa em contextos regionais e socioespaciais muito mais complexos, quando comparado com outras localizações -, como no caso do interior dos estados.

Assim, com base nestas considerações preliminares, o objetivo deste texto é compreender o papel das cidades de porte médio no processo de interiorização da população e da migração. Para tanto, este artigo está organizado em três partes: a primeira seção apresenta uma breve discussão sobre o processo de urbanização no Brasil, particularmente no que se refere à concentração populacional no país. Nesse sentido, além de considerar alguma bibliografia a respeito, faz-se também uma rápida análise do crescimento populacional a partir de categorias de municípios, segundo classes de população, bem como da distribuição das cidades de porte médio no território brasileiro, a fim de encontrar evidências sobre a existência (ou não) de concentração populacional, de uma “desconcentração concentrada”, para mencionar apenas alguns dos assuntos que permeiam a temática. Da mesma forma, serão consideradas questões como o desenvolvimento de novas formas urbanas e sua relação com o transbordamento metropolitano e o crescimento das cidades médias.

Na segunda seção, através de evidências empíricas retiradas dos Censos de 2000 e 2010, analisou-se o crescimento populacional e a migração² para estes municípios segundo dois recortes espaciais:

- Municípios de porte grande, médio e pequeno localizados em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos do Estado de São Paulo³.

- Municípios de porte grande, médio e pequeno, não pertencentes a regiões metropolitanas e a aglomerados urbanos do Estado de São Paulo.

O uso desses dois recortes espaciais se justifica na presente análise em função do interesse em verificar a hipótese da interiorização para os municípios de porte médio ou de transbordamento metropolitano.

I. A urbanização brasileira, concentração, desconcentração e crescimento das cidades⁴ médias – um embate teórico.

O ano de 2008 marcou a transição de uma população mundial rural para urbana. E, segundo as projeções, mais de 50% das pessoas passou a residir nestes espaços e o crescimento da população urbana responderá pela maior parte do incremento mundial nos próximos anos (UNFPA, 2007).

No Brasil e em outros países da América Latina, esse fenômeno não é recente, como a transição mundial, e data de meados da década de 1960. Nesse período, o crescimento populacional ainda era marcado por altas taxas de crescimento vegetativo, mas também por grandes fluxos migratórios do tipo rural-urbano. Foi no lapso de trinta anos que o país delineou sua transição urbana. A população urbana “em 1950 mal atingia a cifra de 18 milhões de habitantes, representando 36% da população total, e atinge em 1980 a casa dos 80 milhões”. Em trinta anos, o percentual da população urbanizada atingiu 68%. Esse crescimento não foi somente marcado pela concentração populacional nos grandes centros; mas também apresentou duas vertentes principais. A primeira foi a concentração de um grande contingente populacional em poucas metrópoles e a segunda foi um processo de redistribuição espacial da população em “cidades de diferentes tamanhos que se integram num complexo padrão de divisão territorial do trabalho social tanto entre o campo e a cidade como entre as cidades” (FARIA, 1991, p.103).

Em 1940, o grau da urbanização brasileira era de 26% e, em 1980, alcançou 68%. São os dados do Censo de 1970 que revelam o ponto de inflexão do local de residência da população, em que ela passa de rural para urbana, tal como demonstra a Tabela 1. Em 2010, esse percentual foi de 84%.

Tabela 1: População residente por situação de domicílio. Brasil, 1950/2010

Ano	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	18.782.891	32.004.817	52.904.744	82.013.375	110.875.826	137.953.959	160.925.804
Rural	33.161.506	38.987.526	41.603.829	39.137.198	36.041.633	31.845.211	29.829.995
Total	51.944.397	70.992.343	94.508.573	121.150.573	146.917.459	169.799.170	190.755.799
Distribuição percentual							
Urbana	36,16	45,08	55,98	67,70	75,47	81,25	84,36
Rural	63,84	54,92	44,02	32,30	24,53	18,75	15,64

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1950/2010.

3 Quanto às regiões metropolitanas, foram consideradas oficiais até 2014 (Região Metropolitana de São Paulo, Campinas, Santos, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Sorocaba). Já os aglomerados urbanos foram considerados aqueles oficiais segundo o Censo de 2010 (Piracicaba e Jundiaí).

4 Visando não retirar o foco do principal objetivo deste texto, estamos utilizando o termo “cidade” como sinônimo de “município” o que, sabemos, não é adequado, já que a primeira noção mereceria uma discussão mais aprofundada.

5 Os grandes centros por muito tempo foram vantajosos para a concentração industrial, mas a elevada concentração passou a gerar custos e desvantagens para a localização de indústrias em certos centros urbanos, principalmente nas grandes metrópoles. Nesse processo de “deseconomia” ocorre a desconcentração industrial.

6 Este trabalho distingue os termos cidades médias e cidades de porte médio. De acordo com Moura (2011) muitas análises sobre o processo de urbanização são feitas a partir de tipologias de cidades e muitas vezes segundo critérios de porte populacional. Porém, cabe salientar que nem sempre o porte populacional emana uma hierarquia urbana. Nesse sentido, cabe salientar que as cidades médias são aquelas que, além do porte populacional, possuem determinadas funções urbanas dentro do sistema de cidades, já as cidades de porte médio são aquelas com população entre 100 e 500 mil habitantes.

Nesse processo histórico de reorganização do espaço brasileiro, observou-se o aumento progressivo da população em cidades cada vez maiores. Em 1940, as cidades com menos de 20 mil pessoas concentravam 85% da população, enquanto que em 1980 essa porcentagem cai para 46%. Já os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentaram crescimento no mesmo período, concentrando 8% da população em 1940, e 32% em 1980 (MARTINE, 1994). No período de 1940 a 1980, os aglomerados metropolitanos foram os que mais cresceram, sendo receptores de grandes contingentes populacionais, principalmente a RMSP, que recebeu grandes fluxos migratórios, como os de nordestinos. Contudo, o Censo de 1991 demarca um arrefecimento no crescimento dos grandes centros (BAENINGER, 2011; BAENINGER e PEREZ 2011).

Para muitos autores, essa fase seria caracterizada pela chamada desmetropolização, e está atrelada ao processo de desconcentração industrial e de deseconomias de aglomeração⁵ (ARAUJO, MOURA e DIAS, 2011).

Matos (2000) destaca que a concentração econômica e demográfica pode ter chegado ao seu ponto de saturação na década de 1970, e que os períodos posteriores evidenciaram uma tendência de redistribuição espacial das atividades econômicas e da população. O autor aponta trabalhos como o de MARTINE e DINIZ (1989), AMARANTE e BONDIOLI (1987) e TOWNROE e KEEN (1984), que afirmam essa tendência de desconcentração populacional, principalmente no estado de São Paulo. Matos (2000) também cita os trabalhos de AZZONI (1986), HADDAD (1989) e DINIZ (1993), que desmitificam as generalizações no processo de desconcentração populacional e econômico.

Segundo Cunha (2003), os anos de 1980 demarcaram a transformação na dinâmica econômica, social e demográfica, com rebatimentos nos processos de redistribuição espacial da população, quando novas localidades e outros tipos de deslocamentos ganharam importância. Porém, para o autor, este processo de desconcentração populacional deve ser relativizado, pois está muito mais circunscrito às regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro. E, mesmo aceitando essa desconcentração, deve-se salientar que não há um processo de equidade regional, pois as cidades pequenas continuam a perder população em favor das cidades maiores, o que mostra que os desequilíbrios regionais ainda permeiam a rede urbana:

O que se pretende mostrar, na verdade, é que a realidade da desconcentração metropolitana é apenas visível, e também relativa, no grande centro econômico e demográfico do país, representado pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, fortemente afetados pela grave crise econômica que assolou o país nos anos 80. Uma das consequências foi a redução significativa do crescimento de suas áreas metropolitanas, em função de uma redução importante da imigração e também de um aumento da emigração intra e interestadual (CUNHA, 2003, p. 225).

Para Panizzi (1990), a involução metropolitana deve ser relativizada ao considerar dois fatores: primeiro, que as metrópoles brasileiras continuam influenciando o crescimento de muitos núcleos urbanos de porte médio⁶ em expansão. O que se constata é que a maioria desses municípios que estão em crescimento está localizada, em grande parte, em áreas metropolitanas ou próximos a elas, portanto, nos seus eixos de expansão. De acordo com Silva (2013), esse primeiro fator demonstra a ampliação do espaço de assentamento da metrópole, ou seja, o que ocorre é uma relação de complementariedade da metrópole com outras localidades, que muda de acordo com a escala regional:

Nessa ampliação do espaço de assentamento torna-se importante considerar uma articulação espacial que envolva diversas escalas, a expansão metropolitana evidencia a necessidade de ter uma perspectiva mais regional, já que a urbanização prossegue se expandindo para outras regiões do país, apresentando também características de metropolização. Processos como este podem ser apontados, como a integração urbana e econômica entre a RMSP e as quatro áreas urbanas industriais próximas, constituídas por Campinas, São José dos Campos, Sorocaba e Santos (SILVA, 2013, p.31).

O segundo ponto que é levado em consideração por Panizzi (1990), é que, em nível da rede urbana, as metrópoles brasileiras ainda são caracterizadas pela concentração das atividades econômicas mais modernas, da grande indústria, dos serviços especializados, dos negócios financeiros e dos meios de comunicação assentados nas tecnologias de ponta. Enfim, “permanecem sendo, nessas circunstâncias, o espaço privilegiado da produção do conhecimento técnico-científico e das instâncias de decisão política” (PANIZZI, 1990, p.51).

Portanto, as metrópoles continuam como o lócus, por excelência, das relações sociais e econômicas, e acompanham de perto as mudanças ocasionadas pelo processo de globalização e mundialização da economia, bem como as transformações tecnológicas do processo produtivo, que resultam em uma configuração territorial diferenciada. Esta configuração conjuga espaços marcados por elementos de modernização e outros de atraso. As metrópoles brasileiras configuram bem essa conformação e têm consequências difundidas em todo o seu sistema urbano, como destaca Panizzi (1990):

Contudo, o que se verifica é uma modificação do perfil de urbanização brasileira onde a rede urbana assume novos contornos marcados pelas diferenças inter-regionais, as cidades de porte médio têm o seu espaço redefinido pelo crescimento populacional e pela modificação dos processos socioeconômicos, e as metrópoles veem o seu papel e suas funções transformadas tanto ao nível da definição do sistema de cidades quanto ao nível da estrutura interna mantendo, porém, o seu papel de liderança (PANIZZI, 1990, p.52).

Enfatiza-se que mesmo com o processo de compressão espaço-tempo (HARVEY, 1992), consequência da nova ordem econômica e da difusão das tecnologias, a organização espacial e a localização das atividades nas aglomerações urbanas ainda possuem um sistema que demanda logística. Tais fenômenos afirmam a cidade de São Paulo como ponto central da rede urbana nacional, estando articulada com a rede mundial de cidades globais. Assim, dentro da chamada Macrometrópole Paulista, observa-se uma efetiva tendência de desconcentração industrial, partindo da RMSP em direção aos polos adjacentes, que agora redefinem seus papéis dentro da rede urbana, e são caracterizados pelo crescimento de muitos municípios que, devido a este incremento, passaram para a categoria de núcleos urbanos de porte médio⁷ (ARAÚJO, MOURA e DIAS, 2011).

Sobre a formação de cidades-regiões ou de novas morfologias urbanas como a Macrometrópole, Reis (2006) destaca que a formação destas está relacionada com processos anteriores. Para o autor, a periferação da metrópole no período fordista premeditou a produção de formas mais complexas. Porém, é necessário ressaltar que as lógicas de produção do novo espaço são estruturadas por outros condicionantes. Se antes o processo de industrialização ditava a concentração, hoje a reestruturação produtiva, a globalização e o capital imobiliário criam um tecido urbano concentrado e disperso.

7 O estudo feito pelo NESUR-UNICAMP, IPEA e IBGE em 2001 conceitua as cidades médias como aquelas que possuem entre 100 a 500 mil habitantes. O Regio – Estudo de Regiões de Influências das Cidades – (2007) adota a mesma tipologia. Dos 5.565 mil municípios que compunham o território brasileiro em 2010, 245 eram considerados cidades de porte médio e concentravam 25% do total da população, sendo que 94% dessa população residiam em áreas urbanas.

Para muitos autores como Reis (2006), Stoper (1990), Castells (2012) e Ascher (1995), a constituição dos arranjos urbanos contemporâneos tem relação com o atual estágio do comércio mundial (globalização da economia e da produção) e flexibilização do trabalho e da produção. Para esses autores, essas condicionantes transformaram o modo de vida da população e ampliaram o modo de viver metropolitano e cosmopolita para outras áreas, bem como interligaram os espaços através da circulação, da mobilidade, da conectividade, das redes e do consumo.

Assim, o espaço urbano dos países periféricos e de grandes áreas como São Paulo, Buenos Aires e Santiago é caracterizado pela concentração em grandes centros, mas também pela formação e interligação de várias centralidades. O espaço metropolitano agora se apresenta de maneira fragmentada pelo território, não mais conurbado, mas com espaços intersticiais com vazios, áreas rurais, cidades de diferentes tamanhos, funções e com vínculos estreitos entre si (REIS,2006).

Segundo Ascher (1995), o processo de metropolização atual é caracterizado por uma mancha urbana que se expandiu de forma progressiva para as periferias e diminuiu a densidade urbana das aglomerações. Para o autor, ao mesmo tempo em que muitas áreas centrais e do interior da metrópole declinaram sua densidade, ocorreu o aumento da densidade nas áreas periféricas e também a articulação com aglomerados urbanos afastados. Esta interligação entre as áreas é o prenúncio de novas morfologias urbanas.

Davidovich (2004), em seu artigo “A volta para metrópole”, debate o tema da reconcentração populacional e econômica nas áreas metropolitanas a partir dos anos de 1990. Nele, a autora sinaliza a importância de analisar o processo de reconcentração sobre outra ótica, uma vez que a forma urbana da metrópole não condiz mais com estrutura tradicional de uma região conurbada e concentrada. Para autora, surge no período atual formas de concentração populacional variadas, tais como as cidades-regiões, as regiões metropolitanas institucionalizadas, os aglomerados não-metropolitanos, entre outros.

Este trabalho partilha com esta visão, portanto, para além de uma desconcentração ou de uma desmetropolização – o que se observa através dos novos processos de redistribuição espacial da população é a formação de arranjos espaciais mais complexos. Nesse sentido, sinaliza-se a importância de analisar o crescimento demográfico das cidades de porte médio através de outras perspectivas: através da análise do contexto regional e socioespacial.

II. O fenômeno do surgimento das cidades médias: o caso de São Paulo

A situação no país: aspectos gerais

No Brasil, o surgimento e a importância cada vez maior dos municípios de porte médio são inegáveis, principalmente até a década de 1980. A Tabela 2 mostra a evolução dos municípios por categorias de população residente. Percebe-se que de 1970 a 2010 o número de núcleos urbanos quase triplicou no país, porém foram os municípios de porte grande que apresentaram maior crescimento, tanto em termos de unidade quanto população.

Ainda se observa através desta tabela que grande parte da população brasileira reside em cidades com menos de 100 mil habitantes, porém seu peso relativo na concentração populacional vem declinando, se em 1970 estes municípios concentravam 66% da população, em 2010 passaram a concentrar 45%, já as cidades com mais de 500 mil habitantes passaram de 19% para 29% - enquanto que os de porte médio variaram entre 15% e 25%.

Contudo, nota-se que o crescimento das cidades médias foi significativo, e seu estudo merece uma reflexão cuidadosa. Nesse sentido, a questão que se levanta neste trabalho é: como interpretar o crescimento das cidades de porte médio, tanto em número quanto em concentração de população, em tempos de “expansão metropolitana” e de formação de novas morfologias urbanas? É possível dizer que tal crescimento representa uma “real ascensão” deste tipo de cidade, particularmente no interior dos estados? Ou tal interpretação seria falaciosa na medida em que estaríamos apenas observando o crescimento de cidades em contextos metropolitanos ou de aglomerações urbanas, ou seja, seriam muito mais um retrato da expansão destas áreas?

Tabela 2: Número de municípios por classes de população. Brasil 1950/2010.

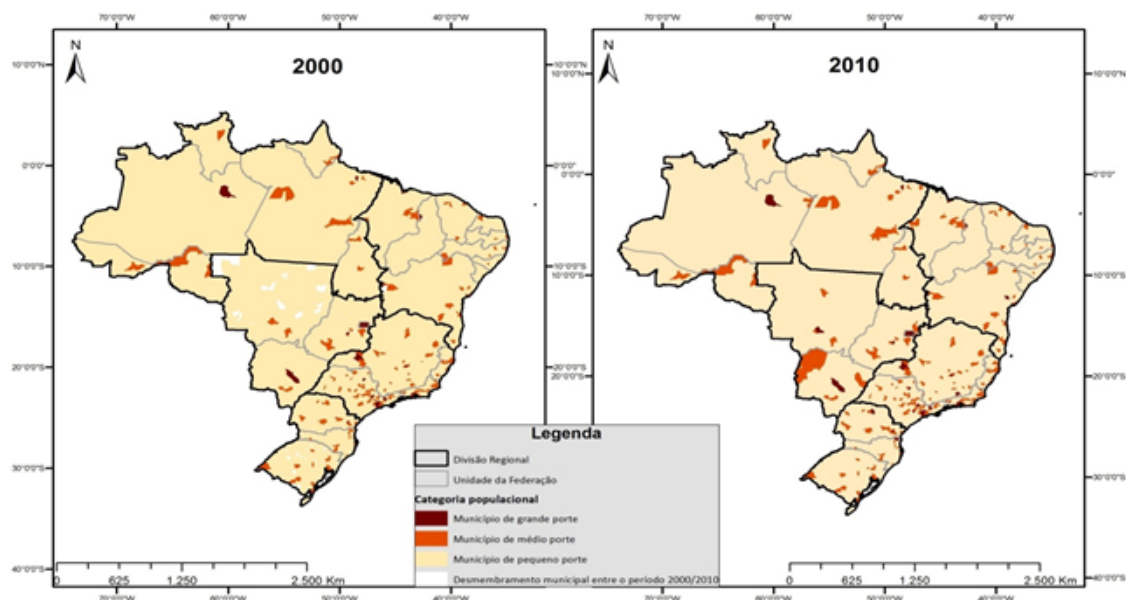
Categorias de município	Classe de população				
	1970	1980	1991	2000	2010
Abaixo de 100.000	3858	3849	4304	5283	5282
De 100.001 a 500.000	83	124	162	193	245
Mais de 500.000	11	18	25	31	38
Total	3952	3991	4491	5507	5565
Categorias de município	População Residente				
Abaixo de 100.000	61.915.394	67.989.605	76.067.276	83.131.556	86.319.122
De 100.001 a 500.000	14.610.868	23.631.329	32.073.626	39.576.864	48.565.171
Mais de 500.000	17.982.321	29.529.639	38.776.557	46.882.273	55.871.506
Total	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.590.693	190.755.799

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970/2010.

Assim este trabalho, ao “localizar” estas cidades e seus contextos regionais, pretende debater o significado de ser uma cidade desta categoria dentro de uma região metropolitana ou de um aglomerado urbano e fora destes. Nesse sentido, investiga-se se este fenômeno refletiria, por exemplo, o crescimento destas dentro do perímetro da chamada “desconcentração concentrada”. Através do Mapa 1, observa-se que grande parte das cidades de porte médio estão localizadas na região Sudeste – principalmente no estado de São Paulo (dos 193 municípios classificados como médios em 2000, 54 deles estavam localizados no estado de São Paulo).

O caso do surgimento e expansão das cidades médias é particularmente significativo no caso do Estado de São Paulo. Apesar de localizado no perímetro do “desenvolvimento poligonal” (DINIZ, 1993) ou na região da “desconcentração concentrada” delimitada em escala mais agregada (a interestadual), não há dúvidas de que a realidade paulista também guarda características que permitiriam discutir o tema da desconcentração/desconcentração concentrada (Cano, 1997) no que se refere às suas regiões que, como se pode mostrar, tendem a concentrar grande parte dos municípios brasileiros de porte médio.

Mapa 1: Distribuição dos municípios brasileiros por classe de população. Brasil, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010 (Malha digital dos municípios).

Assim, embora se tenha consciência de que os resultados encontrados neste estudo não podem ser expandidos para todo o país, tem-se a segurança de que no caso de São Paulo, há um processo de “interiorização” da população e, por isso se torna uma excelente referência para apurar o papel das cidades medias no processo de redistribuição espacial da população no Brasil.

Interiorização das cidades médias ou expansão metropolitana

Como referido anteriormente, um dos objetivos deste trabalho, é analisar o quanto o crescimento do número e o peso demográfico das cidades de porte médio paulistas respondem ao processo de interiorização e, portanto, por uma real desconcentração populacional. Contudo, a análise também mostrará que esta questão, embora observável, não responde pelos grandes movimentos demográficos representados por estas cidades que, na verdade, encontram-se em boa medida localizadas nos contextos de expansão metropolitana. Para tanto, os dados serão analisados de acordo com o contexto, ou seja, de acordo com a localização espacial: localizados no âmbito ou não de regiões ou aglomerados urbanos do estado de São Paulo.

Assim, a Tabelas 3 apresenta o número de municípios por classe de população, população residente e as taxas de crescimento para os anos 2000 e 2010 no estado de São Paulo. A mesma tabulação apresenta, também, os municípios que mudaram de categoria populacional entre 2000 e 2010. Esta decisão metodológica é importante, pois permite uma análise longitudinal, ou seja, ou uma análise da trajetória dos municípios em termos de categorias de porte ao longo do período observado.

Tabela 3: Número de municípios, população residente, crescimento absoluto e taxa de crescimento populacional por classe de população. São Paulo 2000 e 2010.

Categoria (*)		Número de centros urbanos	População em 2000	População em 2010	Crescimento Absoluto	Taxa de Crescimento
Grande Porte	Municípios com mais de 500 mil habitantes	8	15.525.702	16.898.808	1.373.106	0,85
	Novos municípios com mais de 500 mil habitantes em 2010	1	493.468	586.625	93.157	1,74
Médio Porte	Municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes	53	10.502.671	11.955.724	1.453.053	1,30
	Novos Municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes	13	1.180.311	1.382.851	202.540	1,60
	Municípios com menos de 100 mil habitantes	570	9.334.468	10.438.191	1.103.723	1,12
Total		645	37.036.620	41.262.199	4.225.579	1,09

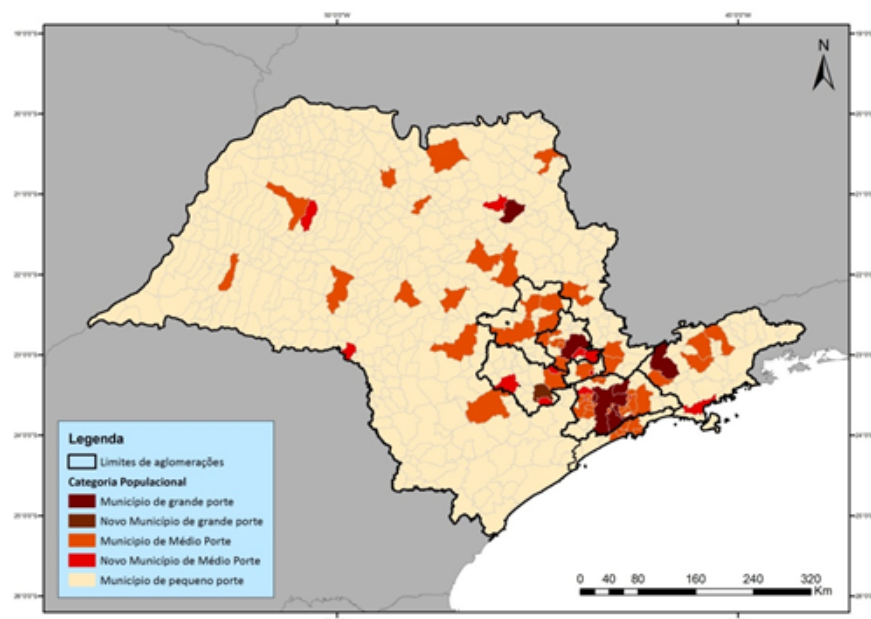
(*) foram considerados médios apenas aqueles municípios que não mudaram de categorias nos dois momentos censitários. Para contemplar a totalidade dos municípios a tabela cria duas outras categorias que correspondem aos que mudaram de tamanho no período.

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010

Nota-se, através da Tabela 3, que a maioria da população do estado de São Paulo está localizada em cidades com mais de 500 mil habitantes (41% no Censo de 2000 e 40% no Censo de 2010), distribuída em um total de oito municípios pertencentes a esta categoria. Contudo, observa-se que estes municípios foram os que apresentaram um crescimento geométrico abaixo da média do estado entre o período 2000/2010 (0,85% a.a.). Já aquelas que se transformaram em porte grande, ou seja, passaram da categoria de médio para grande porte, apresentaram uma taxa de crescimento de 1,74 % a.a., e os que permaneceram com porte médio cresceram anualmente 1.30%. Visto desta forma, pode-se perceber que, de fato, são os municípios médios os que mais cresceram no período, mesmo quando este se torna grande no momento final da observação.

Embora o dado não conste na tabulação apresentada não é difícil deduzir a partir destas informações que nos anos 2000, as cidades médias ganharam peso relativo na população total do estado, muito embora também seja claro que este ganho foi pouco expressivo, já que de 28% em 2000 passam a responder por cerca de 28,8% da população estadual em 2010; se a estes acrescentamos o único município que mudou de faixa, ainda assim a variação seria muito baixa (de 29,7% para 30,3%). Portanto, de fato se observa um crescimento no número e na população dos municípios de porte médio no estado de São Paulo. Porém, destaca-se que sua participação tanto no número de cidades, quanto na população total do estado é ainda muito pequena. Contudo, uma face importante deste trabalho se desprende da análise dos dados que geraram o Mapa 2 e Tabela 4.

Mapa 2: Distribuição dos municípios do estado de São Paulo segundo classe de população. São Paulo, 2000 e 2010.



Fonte: IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010 (Malha digital dos municípios).

Tabela 3: Número de municípios, população residente, crescimento absoluto e taxa de crescimento populacional por classe de população. São Paulo 2000 e 2010.

Categoria (*)		Número de centros urbanos		População em 2000		População em 2010		Crescimento Absoluto		Taxa de Crescimento	
		Em regiões metropolitanas	Em outras áreas do Estado	Em regiões metropolitanas	Em outras áreas do Estado	Em regiões metropolitanas	Em outras áreas do Estado	Em regiões metropolitanas	Em outras áreas do Estado	Em regiões metropolitanas	Em outras áreas do Estado
Grande Porte	Municípios com mais de 500 mil habitantes	7	1	15.020.779	504.923	16.294.126	604.682	1.273.347	99.759	0,82	1,82
	Novos municípios com mais de 500 mil habitantes em 2010	1	—	493.468	—	586.625	—	93.157	—	1,74	—
Médio Porte	Municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes	38	16	7.743.363	2.759.308	8.810.085	3.145.639	1.066.722	386.331	1,30	1,32
	Novos Municípios com população entre 100 e 500 mil habitantes	9	3	907.113	273.198	1.061.014	321.837	153.901	48.639	1,58	1,65
Pequeno Porte	Municípios com menos de 100 mil habitantes	117	466	3.022.102	6.312.366	3.402.526	7.035.665	380.424	723.299	1,19	1,09
Total		172	486	27.186.825	9.849.795	30.154.376	11.107.823	2.967.551	1.258.028	1,04	1,21

(*) foram considerados médios apenas aqueles municípios que não mudaram de categorias nos dois momentos censitários. Para contemplar a totalidade dos municípios a tabela cria duas outras categorias que correspondem aos que mudaram de tamanho no período.

Fonte: IBGE: Censos Demográficos 2000 e 2010

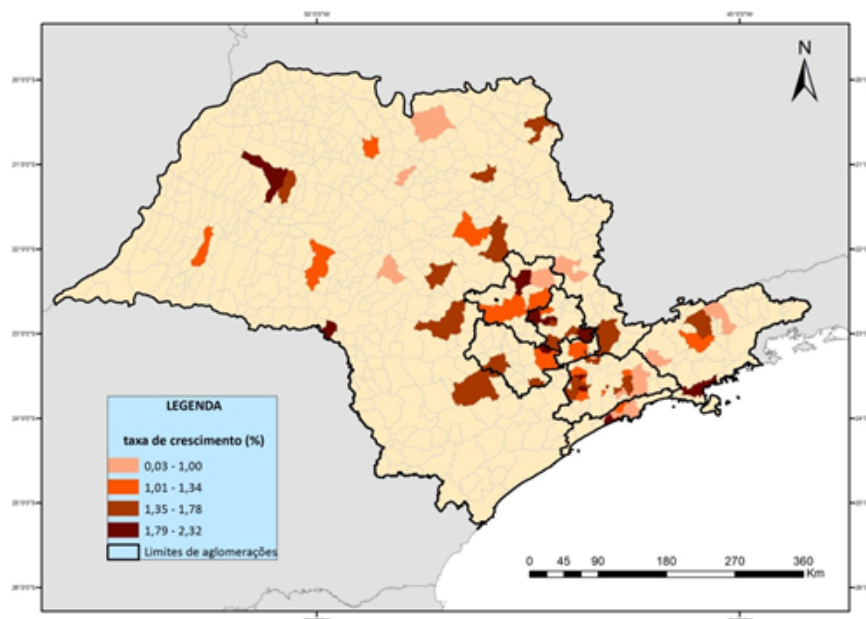
Através da figura 4 é perceptível que a grande maioria dos municípios paulistas, ou seja, aqueles que possuem menos de 100 mil habitantes se encontram-se localizados fora das áreas metropolitanas. Por outro lado, constata-se que os municípios de porte médio e grande (45 cidades em 2000 e 56 em 2010) localizavam-se em sua maioria em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, especialmente nas RM de São Paulo, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte e Baixada Santista e Sorocaba, bem como nas aglomerações de Piracicaba e Jundiaí. Nota-se, através da Tabela 4, que a maioria dos municípios que mudaram para categoria de porte médio no período 2000/2010 também estavam localizados nessas áreas.

Porém, para além da concentração dos municípios de porte médio em regiões metropolitanas e fora delas, é necessário analisar o crescimento populacional dessas cidades também sobre a ótica da localização. Um primeiro resultado que chama a atenção é que, embora pequena, existe uma diferença entre as taxas de crescimento populacional para as cidades médias localizados em RMs e AUs e no restante do estado em favor das primeiras (Tabela 4). Nota-se também que o crescimento absoluto destes foi mais expressivo nos municípios localizados em áreas metropolitanas, não obstante não se possa perder de vista que mais da metade desses municípios estavam localizados nessas áreas. O Mapa 3 apresenta as taxas de crescimento populacional dos municípios que eram considerados médios em 2000 para o período 2000/2010.

Os dados ainda permitem constatar o aumento considerável das cidades de porte populacional médio localizadas em regiões metropolitanas e aglomerados urbanos (de 38 para 47 - Tabela 4), enquanto que aquelas não localizados nestas regiões passaram de 16 para 19. Esse vertiginoso crescimento nas áreas metropolitanas, aliado ao crescimento populacional superior às outras categorias, é um indicativo – e talvez um resultado inquestionável – de que o crescimento destes municípios representa muito mais uma expansão do espaço metropolitano, tal qual aponta Panizzi (1990), do que uma interiorização ou uma desconcentração populacional.

Outro fenômeno demográfico utilizado neste trabalho para analisar o papel das cidades médias no processo de redistribuição e possível interiorização da população foi à migração. É desnecessário justificar a inclusão desta variável tendo em vista o seu importante papel no processo de formação das grandes regiões metropolitanas no Brasil e, portanto, por sua influência na concentração populacional observada no país.

Mapa 3: Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente em municípios de porte médio, localizados em regiões metropolitanas e fora delas no São Paulo entre o período de 2000/2010.

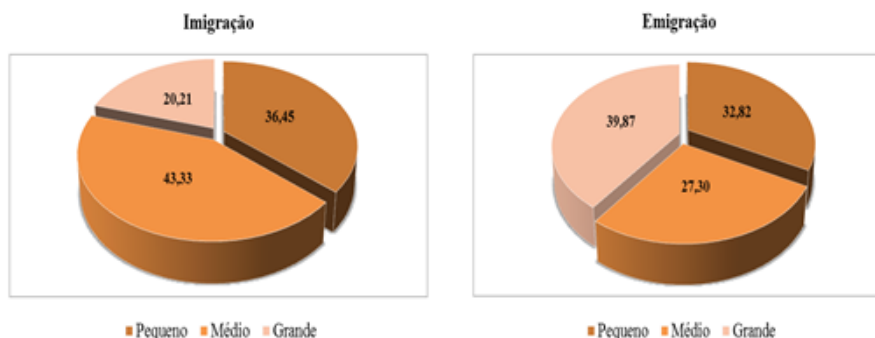


Fonte: IBGE - Censos Demográficos 2000 e 2010 (Malha digital dos municípios).

Na verdade, a despeito da importância o que mais interessa é mostrar aqui é que, novamente, pensar em um processo de interiorização da migração em função da sua maior concentração nas cidades de médio porte seria, para dizer o mínimo, exagerado. O que mostramos a continuação é que, não obstante o importante papel desta categoria de cidade tanto com área receptora, quanto expulsora de população, não há indícios suficientes, ao menos em São Paulo, de que o interior e as cidades desta categoria aí localizadas estejam respondendo por uma mudança importante do direcionamento dos fluxos migratórios internos.

O Gráfico 1 mostra a distribuição percentual da imigração e emigração de “data-fixa⁸⁹” ocorrida no estado de São Paulo segundo o porte populacional dos municípios. Percebe-se, através dele que 43% da imigração intraestadual apresentava como destino os municípios de médio porte, percentual bem maior que os 20% apresentado pelas cidades de grande porte. Em contrapartida, grande parte da emigração entre o período 2005/2010 ocorreu nos municípios de maior porte (quase 40%), enquanto que a evasão nos municípios de porte médio foi de apenas 27%. Ou seja, apenas com base na migração intraestadual fica muito evidente que as cidades médias são receptoras “liquidas” de migrantes.

Gráfico 1: Distribuição percentual da imigração e emigração de “data-fixa” intraestadual, por classe de população. São Paulo, 2005/2010⁹.



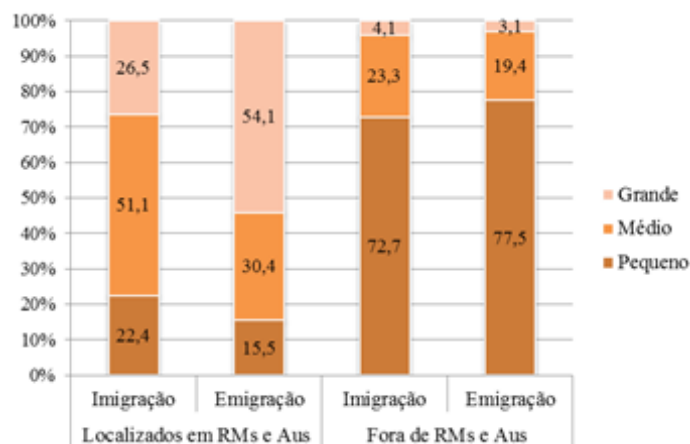
Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Portanto, não há dúvidas que os dados do Gráfico 1 sugerem estar ocorrendo uma desconcentração populacional, com perda migratória nos municípios de porte grande em relação aos médios. Porém, ao analisar o Gráfico 2, que compara o percentual da imigração e emigração nos municípios pertencentes ou não a regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, nota-se que grande parte da imigração intraestadual que ocorre nas aglomerações se dá nas cidades médias, o que não se observa no caso das cidades localizadas fora delas.

No caso da emigração, o mesmo gráfico mostra que 54% desta ocorre em cidades grandes localizadas em áreas metropolitanas (ou aglomerados urbanos). Porém, ao observar a outra espacialidade, percebe-se que 77% da emigração dos municípios não metropolitanos estavam circunscritas aos municípios de menor porte.

Assim com base nestes dados sobre o destino e origem da migração, a hipótese de que o crescimento das cidades médias no estado de São Paulo faz parte de processos de expansão metropolitana, ou de formação de novas morfologias urbanas, fica claramente respaldada, em detrimento de uma possível interiorização da migração para outras áreas do estado.

Gráfico 2: Distribuição percentual da imigração e emigração de “data-fixa” intraestadual por classe de população, localizados em regiões metropolitanas e fora delas. São Paulo, 2005/2010.



Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Os dados demonstrados até aqui levam a uma reflexão sobre o processo de desconcentração da população para as cidades médias. De fato, pode-se pensar em uma interiorização de uma parcela da população rumo ao chamado “interior”. Porém, ao analisar as Tabelas 5 e 6, percebe-se que do total de fluxos migratórios ocorridos no estado de São Paulo 69% acontecem nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Ou seja, os ditos fluxos “capital-interior” certamente envolvem a mobilidade originada na RMSP em direção à RMC, RMBS etc. Nesse sentido, a reflexão feita é: como pensar nesse processo de interiorização quando os fluxos ocorridos envolvem regiões que autores como LENCIONI (2011), MOURA (2009), DAVIDOVICH (2004), REIS (2006) entre outros citam como área de expansão do espaço de vida da metrópole.

Como já detalhado anteriormente, observa-se, através da Tabela 5, que a maior parte da imigração recebida pelos municípios localizados em regiões metropolitanas dirige-se às cidades médias, cerca de 51%. Porém, percebe-se que os fluxos mais expressivos se originam nos municípios de grande porte. Em contrapartida, a Tabela 6 demonstra que grande parte das trocas migratórias realizadas nas áreas não metropolitanas ocorre entre municípios de pequeno porte. Apenas 23% dos fluxos migratórios que acontecem em áreas não metropolitanas se direcionam para as cidades de porte médio. Essas constatações reafirmam a tese de transbordamento metropolitano em detrimento de uma interiorização da migração.

Tabela 5: Fluxo de origem e destino de cidades localizadas em Regiões Metropolitanas ou Aglomerados Urbanos do estado de São Paulo segundo porte populacional. São Paulo, 2005/2010.

Região em 2005	Região em 2010				Total
	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	Não pertence a áreas de RM ou AU de SP	
Pequeno porte	52.902	69.976	38.824	27.772	189.474
Médio porte	70.536	160.060	86.701	56.204	373.501
Grande porte	110.548	303.724	150.965	133.316	698.553
Não pertence a áreas de RM ou AU de SP	31.011	57.744	63.252	406.189	558.196
Outras UFs	89.468	227.487	436.975	239.406	993.336
Total	354.465	818.991	776.717	862.886	2.813.060

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Na verdade, os dados até aqui analisados dizem respeito apenas à migração intraestadual o que poderia levar o leitor a pensar que a situação poderia ser distinta caso fossem considerados os dados da migração interestadual. Uma forma simplificada de esclarecer esta questão é a organização dos dados como apresentados nas Tabelas 5 e 6. Percebe-se que a maioria dos fluxos interestaduais se direcionam as regiões metropolitanas, e principalmente as cidades de grande porte (57%). Apenas 30% dos fluxos interestaduais em direção as regiões metropolitanas têm como destino as cidades médias.

Tabela 6: Fluxo de origem e destino de cidades não localizadas em RMs ou Aus do estado de São Paulo segundo porte populacional. São Paulo, 2005/2010.

Região em 2005	Região em 2010				Total
	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	Pertence a áreas de RM ou AU de SP	
Pequeno porte	228.211	73.686	12.011	91.791	405.699
Médio porte	56.635	17.330	4.389	46.413	124.768
Grande porte	9.421	3.163		6.590	19.174
Pertence a áreas de RM ou AU de SP	139.802	68.916	9.915	1.051.448	1.270.082
Outras UF _s	160.179	59.197	20.029	753.931	993.336
Total	594.249	222.292	46.345	1.950.173	2.813.060

Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 2010

Davidovich (2004) afirma que, após os anos de 1990, as metrópoles passaram a se desenvolver em áreas contíguas, fora dos seus limites oficiais e seu entorno passou a abrigar uma migração de pessoas e indústrias. Nesse sentido, o trabalho de SILVA, CUNHA e ORTEGA (2015) demonstrou que a maior parte dos fluxos migratórios do estado de São Paulo ocorre dentro da chamada Macrometrópole Paulista, o que denota uma relação complementariedade entre as localidades que formam a região. Destaca-se que as regiões metropolitanas e os aglomerados urbanos delimitados neste trabalho justamente fazem parte deste complexo metropolitano.

Considerações Finais

Observou-se nesses cinquenta anos de urbanização brasileira não apenas o esvaziamento do campo, particularmente nas regiões sudeste, sul e nordeste, mas também a grande concentração da população nas grandes cidades. Ainda que mais recentemente existam aqueles que pregam certa desconcentração demográfica rumo ao interior e às cidades médias, não há dúvidas de que se esse processo existe, ele é muito tímido e, portanto, relativo, já que as grandes cidades e, sobretudo as regiões metropolitanas mantiveram (e em alguns casos até ampliaram) o peso relativo na população nacional e de seus respectivos estados (CUNHA, 2014).

Portanto, através deste trabalho, buscou-se compreender o significado da desconcentração populacional rumo às cidades de porte médio através da comparação de variáveis demográficas (migração e crescimento populacional) em duas espacialidades (Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos). Constatou-se que as maiores taxas de crescimento populacional e os fluxos migratórios mais expressivos ocorreram em direção às cidades médias localizadas em RMs e AUs (em síntese na Macrometrópole Paulista), o que leva a uma relativização do processo de desconcentração e interiorização no estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- AMARANTE, Luis A., BAENINGER, R. PEREZ, R. BONDOLI, Paulo. A Metrópoles Brasileiras No Século 21: Evidências do Censo Demográfico de 2010. In: Anais: VII ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES. Curitiba, 2011 - CD-ROOM.
- ANDRADE, T. A.. As cidades médias e a política nacional de desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)/ Institutos de Pesquisas (Inpes), 1976.
- ANDRADE, T. A.; LODDER, C. A. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.
- ARAUJO, M. MOURA, R. DIAS, P. Cidades médias uma categoria em discussão. In: PEREIRA, R. H. M. (Org.); FURTADO, B. A. (Org). Dinâmica Urbano-Regional: rede urbana e suas interfaces. 1. ed. Brasília: Ipea, 2011. v.1. 490p
- ASCHER, François. Métapolis ou l'avenir des villes. Paris, França: Odile Jacob, 1995.
- AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil, São Paulo, IPE/USP, 1986.
- BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. In: CUNHA, J. P (Org). Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/ Unicamp, 2011.
- BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo. 1. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População, 2012. v. 1. 152p .
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. Economia e Sociedade, Campinas, n.8, p.101-141, jun. 1997.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 6a edição atualizada com novo prefácio, São Paulo: Paz e Terra, 2012
- CUNHA, J. M. P.Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. São Paulo em Perspectiva, São Paulo: SEADE, v.17, n.3/4, p.218-233, jul./dez. 2003.
- _____. Dinâmica demográfica, migração e projeções populacionais da Macrometrópole Paulista. Relatório de pesquisa de apoio à elaboração do Plano de Ação da Macrometrópole Paulista (PAM). NEPO-UNICAMP/FUNDAP/EMPLASA. São Paulo, 2014.
- DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. Belo Horizonte, NOVA ECONOMIA (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG). V.31. N.11. Set. 1993.
- FAISSOL, S. O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro. IN: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA - IBGE, Rio de Janeiro, 1994.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP, n.29, p. 98-119, 1991.
- HADDAD, Paulo. Economia Regional; teorias e métodos de análise. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1989.
- HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.
- LENCIONI, S. 2011.Transformações sócioterritoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. In: Lencioni, S; Pereira, P.C.X. (Org.). Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago. São Paulo: Paim. 7-20.
- MARTINE. G. A Redistribuição Espacial da População Brasileira Durante a Década de 80. Texto para Discussão (IPEA), Rio de Janeiro, p. 1-46, 1994. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0329.pdf> Acessado em: 05/06/2013.
- MOURA, R. 2009. Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- PANIZZI. W. Os anos 90 urbanização Brasileira e o desafio das metrópoles. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.) ; MACHADO, D. B. P. (Org.) . Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1990. 257p.
- REIS, G, N. Notas sobre Urbanização Dispersa e Novas Formas de Tecido Urbano. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- SILVA, É. T. 2013. Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles.
- STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no Terceiro Mundo. In:VALADARES, Lícia.; PRÉTECEILLE, Edmond (coord). Reestruturação urbana:tendências e desafios. São Paulo: Nobel/IUPERJ, 1990, p. 120-147.
- TOWNROE, P. M. e KEEN, D. Polarization reversal in the state of São Paulo. Regional Studies, v. 18, p. 45-54, 1984.
- UNFPA. The State of World Population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth. New York: UNFPA, 2007.